

Legislação antitabagista vigente no Brasil

Camilla Façanha Vaz; Francisco Ismael da Silva Frota; Carlos Renato Rodrigues Furtado;
Rosiléa Alves de Sousa

INTRODUÇÃO: O tabagismo não é considerado uma atividade ilícita, porém, visando a proteger as pessoas da exposição à fumaça ambiental do tabaco e restringir o estímulo a este vício, o governo brasileiro sancionou várias leis que controlam o tabagismo. **OBJETIVO:** Descrever a legislação antitabagista vigente no Brasil. **METODOLOGIA:** Estudo documental sobre a legislação federal antitabagista vigente no Brasil. Obtiveram-se cinco legislações, que constituíram as fontes primárias deste estudo. **RESULTADOS:** No Brasil, a Lei N.º 9.294 de 15/07/1996 dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos; O Decreto N.º 2.018 de 01/10/1996 define os conceitos de recinto coletivo e área destinada ao tabagismo; A Lei N.º 10.167 de 02/12/2000 que proíbe o uso de produtos fumígenos em transporte coletivo; A Portaria Interministerial N.º 1.498, de 22/08/2002 recomenda às instituições de saúde e de ensino implantarem programas de ambientes livres da exposição tabagística ambiental; A Portaria do Ministério da Saúde n.º 300 de 09/02/2006 institui o programa “Ministério da Saúde Livre do Tabaco”. **CONCLUSÃO:** Os resultados revelaram que a legislação federal prevê ações antitabagistas, no entanto, na prática, observa-se que há a necessidade de fiscalização desta legislação. **CONTRIBUIÇÕES PARA A ENFERMAGEM:** Considerando os malefícios do tabagismo, o conhecimento da legislação antitabagista por parte da equipe de enfermagem instrumentaliza os profissionais para a conscientização da clientela interna e externa dos serviços de saúde onde exercem suas atividades laborais.

Temática: Saúde e Qualidade de Vida

Descritores: Hábito de fumar. Promoção da saúde. Educação.